

Sumário

Lista de Quadros	XIII
Lista de Gráficos	XXI
Lista de Abreviaturas e Siglas	XXIII
Prefácio	1
Apresentação	3
1 Introdução	5
2 A Normatividade das Definições de Deficiência	21
2.1 Artigo 1, segundo parágrafo, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	23
2.1.1 Tramitação para a República Federativa do Brasil	24
2.1.2 Questões de existência, validade e eficácia	28
2.1.3 Questões de interpretação do preceito	39
2.2 Artigo I, parágrafo 1, da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência	48
2.2.1 Tramitação para a República Federativa do Brasil.....	48
2.2.2 Questões de existência, validade e eficácia.....	51
2.2.3 Questões de interpretação do preceito.....	57
2.3 Artigo 2º, <i>caput</i> , da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	60
2.3.1 Comparação com as definições internas de outros países ibero-americanos	69
2.3.1.1 América do Sul	73
2.3.1.2 América Central e Caribe.....	82
2.3.1.3 México	90
	XI

2.4 A influência do modelo de direitos humanos em outras definições do direito brasileiro	92
3 O Reconhecimento Jurídico Inequívoco na Federação Brasileira.....	121
3.1 Fatores estruturais do Estado brasileiro que contribuem para a baixa efetividade das definições de deficiência segundo o modelo de direitos humanos.....	126
3.2 As condições que dispõem de reconhecimento legislativo inequívoco no direito brasileiro.....	131
3.3 Os modelos de reconhecimento jurídico inequívoco como deficiência.....	141
3.4 Comparação com os modelos de reconhecimento jurídico inequívoco como doença ou afecção grave ou incapacitante	157
3.5 Análise da representatividade das naturezas de impedimentos nos Conselhos de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	175
4 A Experiência Brasileira na Definição do Público-Alvo das Ações Afirmativas	193
4.1 Considerações gerais sobre ações afirmativas	196
4.2 Reserva de Percentual de Vagas nos Cursos de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior	200
4.3 Reserva de Percentual de Empregos Privados.....	220
4.4 Reserva de Percentual de Cargos e Empregos Públicos	232
4.4.1 Avaliação dos Concursos de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) abertos após a internalização da CDPcD até 2020.....	245
4.4.2 Avaliação dos Concursos para Provimento de Cargos de Procurador da República abertos após a internalização da CDPcD até 2020.....	251
4.4.3 Avaliação dos Concursos Públicos para Ingresso no Cargo de Defensor Público Federal de Segunda Categoria da Carreira de Defensor Público da União abertos após a internalização da CDPcD até 2020	259

4.4.4 Avaliação dos Concursos Públicos para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto – 2ª Região abertos após a internalização da CDPcD até 2020	265
4.4.5 Resultados finais das avaliações dos concursos públicos	275
5 A Solução da Porta Entreaberta.....	279
5.1 Âmbito de aplicação	279
5.2 Premissas	282
5.3 Fundamentos.....	290
5.3.1 Princípio <i>pro homine</i> ou <i>pro persona</i>	290
5.3.2 Princípio do efeito útil (<i>effet utile</i>)	293
5.3.3 Princípio da vedação de proteção deficiente ou insuficiente (<i>Untermassvebot</i>).....	294
5.4 Objetivos	297
5.4.1 Delimitar o alcance dos reconhecimentos legislativos inequívocos.....	297
5.4.2 Garantir a coerência na aplicação do Direito da Pessoa com Deficiência.....	304
5.4.3 Garantir a utilidade do modelo único de avaliação biopsicossocial	311
6 Considerações Finais	317
Referências	333